



HOMENS E MULHERES EM MOVIMENTO: AGENTES DA MIGRAÇÃO RURAL

Elisandra Tomascheski¹

RESUMO:

Este trabalho faz parte da minha dissertação de mestrado que tem como proposta historiar sobre mulheres migrantes camponesas que participaram do processo migratório rumo ao Paraguai a partir de meados do século passado e atualmente estão assentadas num assentamento de reforma agrária na região de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente em Ponta Porã. Para tanto busco inicialmente fundamentar minha pesquisa com os agentes propulsores da migração, ou seja, os motivos que levaram a um quase incontável número de homens e mulheres a buscar refúgio no Paraguai, país cuja extensão territorial é extremamente menor que o Brasil. Desta forma busco descrever o território paraguaio e suas particularidades que atraíram o migrante brasileiro, mas antes disso discorro sobre as questões agrárias e agrícolas brasileiras que tiveram como consequência a migração. A partir de meados do século passado o nosso país passa a sofrer alterações na produção agrícola que consistiu por muito tempo em plantar para subsistência e comercialização do excedente pelo preço desejado pelo produtor. Hábitos estes que foram alterados pela mecanização da agricultura com a implantação do capitalismo agrário, onde os produtores passaram a obedecer às regras do mercado para plantar, colher e comercializar. Assim surgem os implementos agrícolas juntamente com os insumos que passam a encarecer a produção, desta forma o produtor que antes contava primordialmente com a terra e mão-de-obra familiar para produzir passa a ter que contar com custos elevados para se adequar ao novo sistema de produção. Desta forma a terra no Brasil passa a ser apropriada por aqueles que detêm um poder econômico significativo para mantê-la. E aqueles que não conseguem seguir esse ritmo são obrigados a se desfazerem de suas propriedades em nome da mecanização e tecnificação da agricultura, que tinha como principal objetivo o lucro, sem levar em consideração os milhares de brasileiros e brasileiras que para conseguir um pedaço de chão para produzir tiveram que se aventurar em terras paraguaias. Para que a migração acontecesse também foi de extrema importância o apoio e a parceria do governo paraguaio que possibilitou o acesso e as condições legais para a aquisição de terras e a permanência de estrangeiros no seu país, uma vez ele buscava desenvolver a agricultura comercial, fator com o qual os brasileiros já estavam adequados. Deste modo expulsos de seu próprio país em nome do capitalismo e da mecanização da agricultura os brasileiros buscam refúgio no Paraguai, uma vez que a agricultura brasileira já não tinha mais espaço para pequenas propriedades que não produziram em grande escala.

PALAVRAS CHAVE: Migração, agricultura, modernização.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise introdutória sobre a questão agrária do Brasil a partir de meados do século XX, que com o desenvolvimento da

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – PPGH-UFGD. Sob orientação do Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi.



monocultura, do plantio em larga escala com o uso das tecnologias acabou transformando os padrões agrícolas tendo como desencadeamento a migração de agricultores/as brasileiros/as ao Paraguai.

A necessidade de discorrer sobre as mudanças ocorridas com a posse e uso das terras está pautada na formação de um embasamento teórico, para posterior discussão da migração e as mudanças que ela acarretou. Nesse sentido abordam-se os motivos que levaram mulheres e homens a escolher sair do Brasil, apontando também as políticas de atração feitas pelo governo paraguaio, convidando e incentivando os/as agricultores/as brasileiros/as a povoar suas terras.

Os processos migratórios são recorrentes em nosso país. Historicamente homens e mulheres se deslocam, tanto em âmbito nacional como internacional. O caso dos/as migrantes brasileiros/as que migraram para o Paraguai a partir da segunda metade do século XX é um exemplo significativo desses eventos de mudança.

Entender porque os sujeitos migram se faz necessário para perceber porque homens e mulheres deixaram sua terra natal para se aventurar em novos horizontes, nesse caso o Paraguai. Sabe-se que os processos migratórios não são frutos do acaso, mas de escolhas que os indivíduos fazem, assim de acordo com Ferreira (1996): “A mobilidade é geralmente assimilada à ideia de conquistas, transformações e progresso. Isto se dá ao nível tanto das representações individuais quanto coletivas”.

A MIGRAÇÃO E SEUS MOVIMENTOS: SUJEITOS QUE VÃO E QUE VEM

Desta maneira com os brasileiros/as que migraram para o Paraguai não foi diferente, eles levaram na bagagem a vontade de mudar de vida e de conquistar novas terras para produzir: “Eu fui com muito medo, não queria ir de



jeito nenhum, fui bem contrariada, mas como estava dando certo para o meu sogro que estava lá, ai nós fomos”.²

Quando a depoente diz que estava com medo de migrar, mas mesmo assim optou por enfrentar, tendo como objetivo a melhora de vida, percebe-se nitidamente a situação vivida pelos/as migrantes diante da necessidade do trabalho e do desejo de permanecer trabalhando com a terra. Situação gerada a partir de mudanças estruturais na posse e utilização das terras em território brasileiro, como assinala Oliveira:

[...] ao mesmo tempo que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses³ em luta pela recuperação destas terras expropriadas, nem que pra isso eles tenham que continuar seu devir histórico: a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração⁴ como necessidade da sua reprodução, a fração do território distante como alternativa para continuar camponês. (OLIVEIRA, 1989, pág. 53)

A inevitabilidade da mudança para poder permanecer trabalhando com a terra, é muito comum quando se estuda a questão agrária brasileira que foi expulsando mulheres e homens do campo em nome do progresso, como aponta Oliveira (2002) na citação acima, deixando-os “a estrada como caminho”. Nesse sentido Paulo Suess assinala como a economia globalizada beneficia apenas algumas camadas da sociedade:

O êxodo migratório, que hoje é um fenômeno acoplado à economia globalizada, beneficia determinados setores da sociedade que se sentem aliviados com a saída das “massas sobrantes”. Incorporam as terras dos migrantes em seus

² Maria das Graças.

³ O termo camponês não será aprofundado neste trabalho, uma vez que optamos trabalhar com o termo, pequeno/a agricultor/a, porém se faz necessário a definição deste conceito para contextualizar nosso trabalho. De acordo com Ciro Flamarion S. Cardoso: [...] Uma estrutura camponesa se define do ponto de vista econômico sobretudo por quatro características: 1) acesso estável a terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou permanente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o plantar e de que maneira dispor do excedente. (CARDOSO, 2002, pág. 20)

⁴ O termo migração utilizado neste trabalho está intrinsecamente ligado aquele tratado por Mondardo, quando afirma que: “[...] a migração provoca na saída (abandono do território de origem) um sentimento de e/ou situação de inquietação e, por outro lado, desperta e/ou provoca no encontro com o território novo (chegado) outro sentimento de inquietação”. (MONDARDO, 2012, pág. 47)



latifúndios e substituem a sua mão-de-obra por assalariados mais baratos ou por máquinas. (SUESS, S.d. Pág.04).

Como se vai perceber no decorrer desta pesquisa a migração para o Paraguai favoreceu o surgimento e a ampliação de latifúndios no Brasil, uma vez que as pequenas e médias propriedades dos trabalhadores/as foram passadas para aqueles que tinham condições de modernizar as plantações em nome do progresso da agricultura brasileira. Deste modo a economia vai se transformando e apresentando novas formas de organização social, como aponta Ferreira: “Os ciclos econômicos foram historicamente responsáveis pelas principais correntes migratórias brasileiras” (1996, pág. 25).

Surge então uma nova organização social tanto no país de origem como no de destino, a economia capitalista movimenta pessoas em nome do lucro, uma vez que o sujeito que migra além de deixar seu país terá que se encaixar praticamente sozinho numa nova sociedade, uma vez que a migração traz como brinde o diferente, o alheio ao que se está acostumado, de acordo com Suess:

A migração desterritorializa, individualiza e isola. Além de não ter lugar geográfico nem social, o migrante tampouco tem partido político, que o defenda, ou sindicato, que o represente nas lutas sociais. Partidos e sindicatos estão acoplados ao capitalismo⁵, que está na raiz da migração. (SUESS S.d. Pág.04)

Assim, além de ser induzido a migrar com base em vários argumentos de políticas voltadas a esse propósito o/a migrante tem que se adaptar a uma nova realidade, ao novo, ao outro e sem a proteção do Estado ou de partidos políticos já que o que chega é o diferente que precisa buscar uma adaptação, que também pode acontecer de maneira a negar o “outro”, como afirma Bhabha:

⁵ O conceito de capitalismo que será utilizado neste trabalho é aquele definido por Goreneder: Defino o capitalismo como o modo de produção em que os operários assalariados, despossuídos de meios de produção e juridicamente livre, produzem mais-valia; em que a força de trabalho se converte em mercadoria, cuja oferta e demanda se processam nas condições da existência de um exército industrial de reserva; em que os bens de produção assumem a forma de capital, de propriedade privada destinada à reprodução ampliada sob forma de valor, não de valor de uso, mas de valor que se destina ao mercado. (GORENDER 2002, pág. 16).



A atividade negadora é, de fato, a intervenção do “além”⁶ que estabelece uma fronteira: uma ponte o “fazer-se” começa porque capta algo do espírito de distanciamento que acompanha a relocação do lar e do mundo – o estranhamento [*unhomeliness*] – que é a condição das iniciações extraterritoriais e interculturais. (BHABHA, 2013, pág. 31)

É importante frisar que Bhabha aponta os motivos para o estranhamento, uma vez que o/a migrante sai da zona de conforto e se lança no desconhecido e para se afirmar no novo lugar ele/a cria estratégias para se manter.

Mas todas essas adversidades encaradas pelos/as migrantes eram amenizadas pelo sonho de uma vida melhor no outro país. Homens e mulheres se lançavam no desconhecido, como destaca Klauck acompanhados de expectativas:

[...] a migração era acompanhada pela esperança de dias melhores na nova terra. Isso porque o destino era apresentado com Eldorado⁷, onde os colonos poderiam desbravar as terras de excelente fertilidade, que seriam vendidas por baixos preços e em várias prestações. (KLAUCK, 2011, pág. 872)

Outro fator que se faz relevante nesse ponto da discussão, além das perspectivas positivas, são as necessidades que fazem com que as pessoas optem pela escolha de passar por todos esses desafios já apontados, diante disso Suess apresenta uma análise bastante pertinente: “É difícil distinguir necessidades reais de necessidades sugeridas pela propaganda”⁸.

Esse exame do processo migratório apresentado pelo autor contribui para que não se faça apenas uma análise unilateral do processo, já que com esse panorama é possível também que muitos tenham percebido as necessidades de mudar a partir de incentivos tanto de propaganda quanto de

⁶ Segundo Bhaba, “além” torna-se um espaço de intervenção no aqui e agora. (BHABHA, 2013, pág. 28)

⁷ Eldorado: 1. Local fictício, de riquezas abundantes, que alguns exploradores acreditavam existir na América do Sul. 2. Fig. Lugar que oferece muitas oportunidades de prosperidade. AULETE, CALDAS, 1823?-1878. Novíssimo dicionário contemporâneo de Língua Portuguesa / Caldas Aulete; Organizador Paulo Geiser].- Rio de Janeiro: Lexicon, 2011.

⁸ (S.d. Pág.02).



pessoas próximas que haviam decidido migrar, a autora Gláucia Assis apresenta assim as redes sociais de contato de migração:

Nesse contexto, a migração, articulada pelas redes sociais, também vai deixando de ser vista apenas como decisão racional de um indivíduo para ser encarada como uma estratégia de grupos familiares, de amizade ou de vizinhança em que as mulheres inserem-se ativamente. (ASSIS, 2007, pág.752).

Entre outros motivos, o estímulo de homens e mulheres a se lançarem no desconhecido para também tentar a sorte no país vizinho vai acontecendo porque os amigos ou familiares decidiram ir e estão dando e certo.

Assim pode-se notar que muitos optaram por ir ao Paraguai. Não se pode deixar de pensar também nas influências subjetivas, que induzem os sujeitos a pensar que migrar é a solução para o desterro ou desapropriação do seu país de origem. Mas tratemos aqui da migração voluntária que de acordo com Paulo Sues:

A migração “voluntária” pode ter ainda outros motivos, além da corrida em busca do progresso. Pode basear-se no direito de ir e vir; pode encaixar-se no espírito de migração cultural em busca de uma “terra sem males” dos Guarani; pode ser expressão de um impulso aventureiro ou de uma mística de peregrino. (SUESS, S.d. Pág.02).

Não se pode então afirmar que todos aqueles que migram são vítimas de um processo, já que muitos escolhem partir, para construir um sonho ou simplesmente por querer acompanhar aqueles que estão dispostos a encarar a estrada que leva ao Paraguai, que não tem medo do desconhecido e que estão dispostos a se aventurar em novas terras. Uns/umas com mais condições econômicas, contando com a possibilidade de comprar terras, outros/as com a coragem de trabalhar. Klauck, define quem são esses migrantes, falando especificamente do caso dos paranaenses:

Em relação áqueles que emigraram para o país vizinho, alguns tinham conseguido adquirir um pequeno pedaço de terra durante os anos de colonização no Paraná. Esses tiveram a chance de vendê-la, podendo com o dinheiro da venda chegar ao Paraguai e iniciar a luta naquele país já como proprietários. Outros tinham que recomeçar do nada. Para estes, o início da luta se dava



como arrendatários ou trabalhadores de empreitadas. (KLAUCK, 2011, pág. 871.

Segundo Leandro Baller (2014), outro agente que levou homens e mulheres a migrarem foi o fator da visitação, muitos iam visitar seus amigos e/ou parentes no Paraguai e acabavam gostando do ambiente ou se interessando por alguma oportunidade de negócio e optavam pela mudança de país, já facilitada por ter conhecidos que já haviam cruzado a fronteira, como também nos relata uma entrevistada:

A gente ia voltar para Santa Catarina, daí meu marido foi visitar os pais dele lá no Paraguai e quando voltou veio com a proposta de ir embora para lá, porque lá tinha bastante serviço e já estava dando certo para o meu sogro⁹.

É inerente que o fator da visitação e saber que se conhece alguém do “lado de lá”¹⁰ impulsionou muitos/as brasileiros/as a tomar a decisão de migrar, uma vez que tinham exemplos de que no Paraguai eles/as teriam a oportunidade de comprar terras ou de conseguir trabalho nela.

Como a terra foi o estopim da migração que levou homens e mulheres do Brasil ao Paraguai é importante frisar que isso se deu fundamentalmente por alterações nas questões agrícolas e agrárias do nosso país¹¹. Já que foram as mudanças nas formas de produção e posse da terra que ocasionaram a expulsão de inúmeros trabalhadores do campo.

Modificações que foram fruto da mecanização e tecnificação da agricultura e também do capitalismo rural que trouxe consigo incontáveis transformações na percepção, posse e manuseio da terra, homens e mulheres passaram a lutar por um bem finito. Diante disso José Graziano da Silva aponta

⁹ Maria das Graças.

¹⁰ Expressão utilizada por Goettert em sua obra quando descreve as transformações causadas pelas migrações nos lugares deixados e lugares chegados afirmando que: “A *experiência migratória* é apreendida diferentemente para os sujeitos de cá e para os sujeitos de lá”. (GOETTERT, 2008, pág. 46)

¹¹ Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados as mudanças na produção em si mesma: o que se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada as transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. (1980, pág. 11)



como a terra passa a ser disputada por muitos já que não é passível de ser reproduzida ao bel prazer da humanidade:

[...] o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura tem particularidades em relação ao da indústria. A principal delas é o meio de produção fundamental na agricultura – a terra – não é suscetível de ser multiplicado (reproduzido) ao livre arbítrio do homem, como são as máquinas e outros meios de produção e instrumentos de trabalho.

É exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente não reprodutível – ou pelo menos, mais complicado de ser multiplicado – que a forma da sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. Desde que a terra seja apropriada privadamente, o seu dono pode arrogar-se o direito de fazer o que quiser com aquele pedaço de chão. Em alguns países como o Brasil, o proprietário de terra tem até mesmo o direito de não utilizá-la produtivamente, isto é deixa-la abandonada, e de impedir que outro a utilize. Por isso é que a estrutura agrária – ou seja, a forma como a terra está distribuída – torna-se assim o “pano de fundo” sobre o qual se desenrola o processo produtivo na agricultura. (SILVA 1980, pág.21 e 22)

Diante disso como a terra é um bem finito, a partir da implantação do capitalismo agrário e da modernização na agricultura inicia-se uma luta por ela uma vez que esta passa a ser mais visada com fins lucrativos, e o pequeno agricultor que produzia para subsistência vai perdendo espaço para produção de monocultivo em grande escala. Os médios e grandes produtores tendo a necessidade de ampliar suas produções, compram as terras daqueles que possuíam pequenos sítios para a produção familiar.

Assim os processos migratórios são o resultado dessa nova distribuição da terra, onde a produção familiar em pequena escala não foi vista como uma peça útil para o novo projeto pensado para a agricultura brasileira, sendo ele embasado pelo desejo das grandes plantações e do lucro que seria consequência desta.

Karoline Gonçalves (2012) aponta essa situação em sua obra, afirmando que é notável essa conjectura no Oeste do Paraná em 1970, uma vez que muitos agricultores não conseguiam se adaptar as novas formas de produção, que consistiam na implantação de novas técnicas para o manuseio da terra, como por exemplo a introdução de maquinários com tecnologia superior a



aquela que por eles era conhecida, já que os objetivos também haviam se alterado e o mercado era quem determinava o que o produtor deveria plantar, assim muitos foram obrigados a se desfazer de suas pequenas propriedades “diante desse cenário a única opção que lhes restou foi vender suas terras e migrarem para outros lugares”¹²

De tal modo a concentração de terras nas mãos de poucos gerou um grave problema para aqueles que não possuíam condições para acompanhar o ritmo desenfreado de expansão territorial e produção mecanizada, tendo como única saída a venda e/ou deslocamento para outra região do país ou mesmo para fora como no caso que estamos discutindo e como nos relata a Dona Ana;

Na verdade naquela época estava muito difícil no Brasil né, o salário era muito baixo, não tinha emprego, mesmo que se trabalhasse na lavoura a renda era difícil, tinha que pagar muita renda, os donos da terra as vezes queriam metade da roça e no Paraguai já era mais fácil, lá você arrendava derrubava o mato e ficava dois ou três anos sem pagar renda, era aquela roça bem sofrida, manual tudo, mais só que pra gente era bom né, não pagava renda e naquela época o clima também colaborava mais, o que plantava colhia.¹³

Nota-se então que a apropriação da terra e os propósitos com ela estavam mudando e com isso consequentemente o país e sua população rural foi se alterando para se adequar aos novos padrões exigidos pelo capitalismo. E não é novidade que nessa forma de produção existe a lei do acúmulo de riquezas que beneficia majoritariamente quem já possui os meios econômicos de produção, segundo Klauck:

A partir do final da década de 1960, começou um processo de transformação do setor agrário do país, no qual os pequenos proprietários e muito menos aqueles que não haviam conseguido comprar seu pedaço de terra, não foram beneficiados. Mas pelo contrário foram excluídos. Assim sobretudo na década de 1970, os antigos colonos, parceiros e mesmo pequenos proprietários se viram obrigados a iniciar novos processos migratórios, cujos destinos eram notavelmente,

¹² GONÇALVES, 2012. Pag. 17.

¹³ Maria das Graças.



os centros urbanos em expansão, à região amazônica e, no caso dos brasiguaios¹⁴, ao Paraguai. (KLAUCK, 2011, pág. 871)

Como apontado pelo autor instala-se no Brasil um novo modelo agrícola que expropria o/a pequeno/a produtor, absorvendo as pequenas propriedades, transformando-as em minifúndios ou latifúndios, como reportado pelo jornal *Estadão*:

A tendência de absorção das pequenas propriedades pelos grandes tem aumentado, principalmente no Paraná. Nesse Estado, só entre 1970 e 1980, cerca de 100 mil propriedades com menos de 20 hectares desapareceram, provocando a migração de 1 milhão de lavradores para o Paraguai ou para o Norte do Brasil. (ESTADÃO, 19/10/1997, a avulso pág. 267)¹⁵

Nesse sentido segundo José Graziano Silva (1980) a expansão do capitalismo agropecuário brasileiro nas décadas de sessenta e setenta foi mais acelerado que em períodos anteriores, trazendo como ônus a dizimação de incontáveis pequenas propriedades, onde o objetivo do produtor era obter sua própria alimentação, como também alguns excedentes para vender nas cidades mais próximas. Infelizmente as transformações causadas por essas mudanças na apropriação de terra não foram apenas essas. “Foi essa mesma expansão que transformou o colono em boia fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra”.¹⁶

Desta forma o que se percebe é que a apropriação da terra e os propósitos com ela estavam mudando e com isso conseqüentemente o país e sua população rural foi se alterando para se adequar aos novos padrões exigidos pelo capitalismo. Como aponta Colognese, quando aborda a questão fundiária no Brasil:

Eles (migrantes) foram levados a abandonar o Brasil devido a concentração fundiária ocorrida na década de 1960/1970, à indisponibilidade de novas terras nas regiões de origem para os filhos que atingiram a maioridade [...] Por outro lado, eles foram atraídos para o Paraguai pela fertilidade e os baixos preços das

¹⁴ O termo brasiguaião será especificado nas páginas subsequentes.

¹⁵ O Estado de S. Paulo: Páginas da edição de 19 de outubro de 1997 – pág. 267.

¹⁶ SILVA, 1980 pág. 12



terras, bem como pelos incentivos, baixos impostos e os créditos de longo prazo fornecido pelo Banco Nacional de Fomento. (COLOGNESE, 2012, pág. 145)

Diante dos apontamentos do autor é perceptível que os/as brasileiros/as eram bem vindos no Paraguai, uma vez que recebiam muitos incentivos para migrar e permanecer no dito país. Como reproduzido pelo Jornal *Estadão* em 1974:

Cerca de 56 mil colonos brasileiros emigraram para o Paraguai, de outubro de 1968 a agosto de 1973, atraídos pelas facilidades oferecidas para a compra de terras na região de fronteira. “Com a presença do brasileiro – afirma o capitão Roberto Valdez, Inspetor geral de Imigração do Paraguai – a colonização será mais rápida e efetiva. Podem vir quantos brasileiros quiserem, pois terão financiamento e outras facilidades oferecidas pelo governo paraguaio, que acredita na redenção da região com o esforço, o trabalho e a dedicação dos brasileiros. (Estadão, 17/02/1974, pág. 22) ¹⁷

Ao mesmo tempo que os/as pequenos/as agricultores/as são expropriados de seu país em nome da modernidade e do capitalismo, são atraídos pela migração, baseados na possibilidade de adquirir terras com base nas oportunidades de financiamentos e condições de pagamento que o Paraguai oferecia, como apontado na reportagem acima, o país estava aberto e disposto a recebe-los.

Mas a migração e o êxodo rural não aconteceram unicamente por conta do capitalismo e da modernização, outros fatores também influenciaram para a expulsão de homens e mulheres do campo. Luis Carlos Batista (2013) assinala outros problemas causados pela mudança na concepção de agricultura, segundo este autor os cultivos de soja e trigo acarretaram sérios problemas sócias e econômicos para o Estado, como a desestruturação dos pequenos produtores que viviam da produção do café e ainda a extensão da Consolidação das Leis do Trabalho ao trabalhador rural, impossibilitou os pequenos proprietários de manter seus agregados, uma vez que não conseguiam cumprir

¹⁷ O Estado de S. Paulo. **Paraguai atrai colonos brasileiros**. Páginas da edição de 17 de fevereiro de 1974 – pág. 22.



com os custos sociais da legislação em vigor, “transformando grande parte dos lavradores em trabalhadores rurais volantes, conhecidos como boias-frias”.¹⁸

Diante disso o que podemos notar é que uma série de motivos levou os pequenos agricultores/as a migrarem, já que os custos para manter o novo formato de agricultura eram muito maiores do que com os quais eles estavam acostumados a lidar. E ainda estes não contavam com o apoio direto de políticas públicas do Estado para permanecerem em suas pequenas extensões de terras.

[...] é importante salientar que a modernização, ainda que parcial, da agricultura brasileira só tem sido possível graças a fundamental ação do Estado, subsidiando a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos poupadores de mão-de-obra. (SILVA1980, pág. 55)

Desta forma fica notável a ação do Estado ao financiar créditos, aos grandes produtores, aqueles que detinham a possibilidade de pôr em prática os objetivos de modernizar e ampliar as produções, tornando-a moderna para proporcionar lucros e reconhecimento ao país, de acordo com Masi:

El proceso de modernización de la agricultura brasileña consistió no solo em la incorporación de nuevas tecnologías al proceso productivo, sino que también en el establecimiento de una industria de máquinas (vehículos y equipamiento) e insumos agrícolas (fertilizantes y agroquímicos), impulsada sobre todo por la inversión extranjera, y fortalecido, a su vez, por la tendencia global de la “Revolución Verde”. (MASI, 2017, pág. 67)

O custo da modernização como se pode notar foi bastante alto, uma vez que além das máquinas e de mão de obra qualificada para trabalhar, também havia a necessidade de se adquirir insumos agrícolas que facilitariam e aumentariam a produção, fortalecendo ainda mais a economia brasileira, e para tanto havia uma necessidade primordial, a acumulação de grandes extensões fundiárias. Mas é importante frisar que já existia no Brasil um histórico de centralização de terras nas mãos de poucos, Oliveira apresenta o histórico concentrador de terras no Brasil a partir da década de 1940:

Em 1940, o Brasil que não havia sido ocupado ainda quer dizer expandindo-se sobre os territórios indígenas do Centro-oeste da

¹⁸ BATISTA 2013 pág. 25 e 26.



Amazônia, já apresentava seu traço concentrador: poucos com muita terra e muitos com pouca terra. Vamos aos dados: 1,5 % dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com mais de 1.000 ha, ou seja 27.812 unidades ocupavam uma área de 95,5 milhões de hectares, ou 48% do total de terras, quase a metade portanto: enquanto isso, 86% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100 ha, ou seja 1.630.000 unidades, ocupavam uma área de apenas 35,9 milhões de hectares, menos, portanto, de 19% das terras.

Se analisarmos os dados de 1985, verificamos que essa realidade não mudou; ao contrário, a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas aumentou. Vamos aos dados: menos de 0,9% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com área superior à 1.000 ha, ou seja 50.105 unidades, ocupavam uma área de 164,7 milhões de hectares, ou 44% do total das terras; mais de 90% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100 ha, ou seja, 5.252.265 unidades, ocupavam uma área de apenas 79,9 milhos de hectares, ou 21% do total das terras. (Oliveira, 2002, pág. 55-56)

Nota-se assim que a concentração de terras no Brasil é um fenômeno recorrente, mas que a situação se agravou com a mecanização da agricultura que passou a expandir as já extensas propriedades latifundiárias.

Para agravar ainda mais a situação do/a pequeno/a produtor/a no país instalam-se as fábricas de máquina e insumos, que novamente contou com o apoio do Estado que cunhou um conjunto de políticas públicas com o objetivo de estimular absorção desses novos produtos por uma pequena parcela da população, aquela detentora de condições financeiras para tal, como assinala Silva:

No início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Assim por exemplo são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.) fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. Evidentemente a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois de construída a indústria petroquímica; a indústria de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderurgia; e assim por diante. O importante é que a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses novos meios de produção. Para garantir a ampliação desse mercado o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos



ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. (SILVA 1980, PÁG. 27 e 28)

Com incentivos governamentais e grandes financiamentos a paisagem rural brasileira vai se redesenhando, onde existiam sítios de produção familiar vão ganhando espaço as grandes fazendas de soja e trigo. Os cafezais e os empregos que eles traziam foram ficando para trás, a vida e muitos brasileiros e brasileiras transformadas pelo capitalismo e pela busca desenfreada pelo lucro, Luis Carlos Batista discorre sobre como essas mudanças na propriedade foram se desenrolando:

A concentração de terras na década de 60 obedeceu novamente as rédeas do autoritarismo, principalmente com a instalação do governo militar a partir de 1964. No Paraná a desestruturação rural foi marcante com a alteração da estrutura fundiária e modificação do sistema agrícola modernizadora, voltada aos interesses da acumulação capitalista. As pequenas propriedades, com áreas entre 10 e 15 hectares e até menores, foram incorporadas por empresários e subordinadas a estes. Passaram a predominar áreas de no mínimo 50 hectares, substituindo grande parte dos cafezais por cultivo de soja e trigo. (BATISTA 2013, pág. 24 e 25)

Nota-se assim que a ditadura militar também foi um dos vetores da migração de homens e mulheres do campo, e conseqüentemente incentivadora da migração ao Paraguai como reportado pelo Jornal *Folha de São Paulo*: “Foi também na época das ditaduras militares que ocorreu uma forte migração de colonos brasileiros a território paraguaio virgem”.¹⁹

É perceptível então que as mudanças na forma de manejo com a terra, o desenvolvimento do capitalismo agrário, o aumento do número de expropriações de pequenos/as agricultores e por fim a migração internacional teve uma participação incisiva do Estado, como apoiador e financiador de tais ações, como nos assinala Gorender:

Está claro que semelhante impulso ao desenvolvimento capitalista é feito pelo Estado de maneira rigorosamente discriminatória, beneficia os grandes proprietários, da prioridade

¹⁹ Folha de São Paulo. **Equidade beneficia Paraguai e Brasil**. Opinião A3. Edição de 02 de abril de 2008.



aos produtos de exportação e a pecuária bovina de corte, privilegia certas regiões política e economicamente mais poderosas.

E é uma política conjugada com o interesse da indústria de equipamentos e de insumos agrícolas e com a indústria transformadora das matérias-primas agrícolas, setores nos quais predominam amplamente as multinacionais imperialistas. (GORENDER, 2002, pág. 37)

Desta forma concomitante com o apoio do Estado as mudanças na maneira de cultivar e perceber a terra vão se transformando. A vida rural deixa de ser predominantemente familiar e braçal e passa a ser de monocultivo mecanizado, más estas não aconteceram em pouco tempo, como é notável houveram muitas adequações e formas de incentivos para que a agricultura mudasse. Aos poucos quem podia comprava mais terras e ia imprensando o pequeno produtor obrigando-o a se desfazer de sua propriedade, mudando a geografia do lugar, segundo Oliveira:

A região Sul do Brasil conheceu no período de 70/85 o declínio de todos os tipos de produtores (total caiu 6%; proprietários – 6%; arrendatários – 17%; parceiros 28% e posseiros – 2%). Isso significa de forma clara e inequívoca que nesse período o processo de expropriação foi praticamente absoluto, não só eliminando a possibilidade de trabalho camponês, como certamente atuando no sentido de concentrar ainda mais terras. (OLIVEIRA, 2002, pág. 63)

Nota-se então que as pessoas que não conseguem se adequar ao capitalismo implantado na agricultura vão se rendendo, vendendo sua pequena propriedade, alguns tentam a vida na cidade e outros foram para o Paraguai em busca de terras para o cultivo com o qual estavam acostumados.

É curioso notar que o período em os brasileiros/as saem do país por falta de terra ficou conhecido como “milagre econômico”²⁰. Percebe-se assim que o

²⁰ De acordo com Masi: Los años 70 en el Brasil son conocidos como del “milagro económico”, no solo por los altos niveles de crecimiento económico, sino porque también la industrialización ingresa en una etapa superior con la elaboración de bienes de capital, incrementando la competitividad internacional de país. Aparte de su alianza con los Estados Unidos, em términos políticos y económicos, el Brasil diversifica sus relaciones con otros bloques de países desarrollados y con países que proponen una posición internacional equidistante de la confrontación Este-Oeste. (MASI, 2017, pág. 62).



desenvolvimento econômico e social brasileiro é seletivo, atingindo apenas algumas camadas, como aponta Batista:

A forte corrente migratória e brasileira para o Paraguai, resultaram de um processo acentuado de expropriações que atingiram milhares de famílias que buscaram no Paraguai a alternativa de mais uma vez tentar a conquista definitiva da terra. (BATISTA, 2013, pág. 72)

Com isso é sempre importante questionar para quem foi o dito milagre econômico, uma vez que enquanto a terra, a lavoura e o lucro de uns aumentavam para outros a luta pela terra e por sobrevivência era cada vez maior.

Diante disso pode-se perceber que mesmo com as diferenças sociais e econômicas existentes entre os migrantes o objetivo era comum para todos: a terra e a luta por melhores condições de vida. Segundo Chiavenato²¹ grande parte dos agricultores brasileiros chegaram ao Paraguai após venderem suas terras no Paraná ou Mato Grosso, ou então porque nunca conseguiram ter nenhuma terra. Entretanto a homogeneização é perigosa porque pode nos levar a situações polares, já que outros alvos também podem fazer parte da escolha das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se então que os processos migratórios são dinâmicos. Homens e mulheres se movimentam por motivos diversos, seguindo suas particularidades. No caso dos Brasileiros/as que migraram para o Paraguai a questão primordial foi a terra, uns para trabalhar nela, outros para arrendar e ainda alguns que buscavam a posse da mesma.

No início da migração como ficou perceptível, a situação de terras no Brasil foi uma grande propulsora da saída de homens e mulheres para aquele país, uma vez que se sentiam pressionados pela nova forma de apropriação e uso das terras, sendo isso apresentado pelos latifundiários que foram cercando as pequenas propriedades.

²¹ CHIAVENATO, 1980, pág. 96.



Concomitante com isso o Paraguai trabalhava com uma política de incentivo a entrada de brasileiros/as, para “colonizar” as terras do país. Assim as terras foram sendo limpas, as grandes florestas caíram ao chão, trazendo com isso o lucro da produção em larga escala que para o então presidente Alfredo Stroessner era muito agradável.

Assim a partir da escolha em se aventurar em terras estrangeiras, homens e mulheres brasileiros/as passaram a fazer parte de um contingente significativo de pequenos agricultores que viam no Paraguai o *eldorado*, a solução para os problemas financeiros e de acesso à terra.

Referências Bibliográficas

ALGUQUERQUE, José Lindomar C. **DINÂMICA DE FRONTEIRA: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010. Pág. 64

ANGELIM, Paulo Eduardo. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares**. Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Carlos-SP, 2012.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(3): 336, setembro-dezembro/2007.

BALLER, Leandro. **Fronteira e Fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)** 1ª ed. – Curitiba, PR: CRV, 2014.

BHABHA, Homi k., **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – 2. Ed.- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 441 p. – (Humanitas).

BASSANEZI, Maria Sílvia. **Mulheres que vêm, mulheres que vão**. In.: Nova História das mulheres no Brasil / organizadoras Carla Bassanezi Pinski e Jona Maria Pedro. – 1. ed., 1ª reimpressão, - São Paulo: Contexto, 2013.



BATISTA, Luiz Carlos. **BRASIGUAIOS NA FRONTEIRA: caminhos e lutas pela liberdade e pela resistência camponesa.** Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2013.

CALOGNESE, Silvio Antonio. **Brasiguaios: uma identidade na fronteira Brasil/Paraguai.** In.: Tempo de Ciência, volume 19 número 38. 2º semestre 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas.** In.: O campesinato na História / André Leonardo Chevitaresh (Organizador). – Rio de Janeiro: Relume Dumara: FAPERJ, 2002.

CHIAVENATO, Júlio José. **STROESNER: retrato de uma ditadura.** 2ª edição – São Paulo, SP: Brasiliense 1980.

COLLING. Ana M. **TEMPOS DIFERENTES, DISCURSOS IGUAIS, a construção histórica do corpo feminino.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

FERREIRA, Ademir Pacelli. **A Migração e suas vicissitudes: análise de uma certa diversidade/Ademir Pacelli Ferreira - 1996.xii, 259 p**

FARIA Guélmer Júnior Almeida de, FERREIRA, Maria da Luz Alves e PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. **“Desinibilizando as mulheres em contexto migratório interno”: interfaces entre migração e trabalho.** In.: XVII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, MG, 2016.

FRONTEIRAS: revista de História / Universidade Federal da Grande Dourados – v. 13, n. 24 (jul./dez. 2011)-. Dourados MS: UFGD, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Memória, história, testemunho.** UERJ, 1999. In. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou.** – Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. 488p.



GONÇALVES, Karoline Batista. **Migração brasileira para o Paraguai: Territórios e identidades na colônia Nueva Esperanza.** Dourados – MS – Dissertação para obtenção de título de mestre. UFGD, 2012. Pag. 17.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.** In.: A questão agrária hoje – 3ª ed. / organizado por João Pedro Stédile. – Porto Alegre : Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

HALL, Stuart. **DA DIÁSPORA: Identidade e mediações culturais.** Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia resende... [et al.] 1ª edição atualizada – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade;** tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KLAUCK, Roberto Carlos. **A Luta dos Brasiguaios pelo Acesso a Terra no Paraguai (1970-1980).** In.: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. ISSN 2175-4446 (ON-LINE) 21 a 23 de setembro de 2011. Pág. 871 a 882.

MASI, Fernando. **Política exterior del Brasil, integración regional y modelo económico del Paraguay.** In.: Política Exterior Brasileña Oportunidades y Obstáculos para el Paraguay. Coor. Diego Abente Brun. Ed. Editorial Servilibro, Asunción PY, junio de 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Território Migrantes: transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2012. 448p.

NORA, Pierre. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: a problemática dos lugares.** In: Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII – XLII. Editions Gallimard 1984. Tradução Yara Aun Khoury.

OLIVEIRA, Eliene Dias de. **À Procura de um Norte: Migração Memória de Nordestinos (Coxim-MT/MS 1958-1996)** Campo Grande, MS: Life Editora, 2016.



OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O campo brasileiro no final dos anos 80.**

In.: A questão agrária hoje – 3ª ed. / organizado por João Pedro Stédile. – Porto Alegre : Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

OLIVEIRA Maria Coleta F.A. de e MARCONDES Glaucia dos Santos. **Os tempos para o trabalho e para a família na população feminina em áreas metropolitanas brasileiras.** In. Idéias: Revista de Instituto de Filosofia de Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. vol. 1, n. 1. (1994)-. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1994.

OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de e NASCIMENTO, Francisco de Assis de Souza. **História e Memória: A condição feminina em Picos durante a década de 1960.** In. VI Simpósio Nacional de História Cultural – Escritas da História: Ver – sentir – Narrar. UFPI, Teresina-PI ISBN: 978-85-98711-10-2.

PERROT, Michelle. **História dos quartos.** Tradução Alcida Brant. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Michelle Perrot; seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann. – 7º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.\

PERROT, Michelle. **Práticas da Memória Feminina.** In. Revista Brasileira de História. São Paula. v.9nº18. pp. 09-18. ago.89/set.89.

RAGO, Margaret. **Descobrimos historicamente o Gênero.** Caderno Pagu (11) 1998: pp. 89-98.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio e MONDARDo, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Revista Nera, Presidente Prudente. Ano 11, nº13. pp. 118-127. Jul.-dez./2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero e historia;** trad. De Consol Vilà I. Boadas. – Mexico: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SILVA, José Graziano. **O que é a questão agrária.** 10ª edição. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense. Pag.11



SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Mulheres trabalhadoras rurais: Trajetórias e Memórias**. Rurais Volume 4, Número 2, Setembro 2010.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres migrantes na Trasmazônica: construção da ocupação e do fazer política**. Orientadora, Diana Antonaz. – Belém, 2008.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

SOUCHAUD, Sylvain. Geografia de la migración brasileña en Paraguay. Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), pp.382, 2007. <ird-00323354>

SUESS, Paulo. **MIGRAÇÃO, IDENTIDADE, INTERCULTURAÇÃO Teses e fragmentos para um discernimento teológico-pastoral**. Cf. SUESS, Paulo. *Migração, peregrinação e caminhada*, p. 294-311.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história : uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012. 144p.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre a história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados-MS: UFGD, 2014. Pág.17.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais**. In.: HISTORIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.12 n. 1-2, jan.-dez.2009. – Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral. Pág. 180.

TEDESCHI Losandro Antonio. **Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais**. In.: HISTORIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.12 n. 1-2, jan.-dez.2009. – Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios: homens sem pátria**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes Ltda. 1190.

WOODWART, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual**. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

FONTES



Folha de São Paulo. **Equidade beneficia Paraguai e Brasil.** Opinião A3. Edição de 02 de abril de 2008.

ENTREVISTA. **Maria da Graças de Almeida** (Áudio-mp3). Produção: Elisandra Tomascheski. Ponta Porã. 19/04/2017. 70 min.(aprox.), som.